

# RELAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES DO CONSELHO TUTELAR E DA ESCOLA NA GARANTIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE/PE

Monique Pereira Gomes \_ moniquegomes14@yahoo.com.br (UFCG)

Andréia Ferreira da Silva\_ silvaandrea@uol.com.br (UFCG)

## Objetivo

Analisar como tem se desenvolvido a relação entre a escola e o conselho tutelar para efetivação do direito à educação escolar de crianças e adolescentes no município de Santa Cruz do Capibaribe/PE e os conjuntos de ações relacionadas que poderão existir na atuação da escola e do conselho tutelar para garantia desse direito.

## Referencial Teórico

O processo de elaboração de leis e promulgação do direito, na conjuntura histórica, evidencia a necessidade da participação da sociedade civil organizada para fomentar as lutas sociais que resultam em conquistas e bens comuns. No Brasil a década de 1980 sugere um período de grandes disputas das classes sociais para garantia de direitos. Contraditoriamente é um período ainda com o regime militar em vigor trazendo à tona a necessária compreensão, de que, dialeticamente, numa correlação de forças, direitos sociais foram estabelecidos e acrescidos as legislações do país.

Hofling (2001, p, 32) aponta que a política pública social, incluindo a educação, é “uma política pública de corte social, de responsabilidade do Estado - mas não pensada somente por seus organismos”. Devendo ser compreendidas as políticas públicas com visão de “manutenção das relações sociais de determinada formação social”. Para manter as determinações da formação capitalista as políticas assumem “feições” diferentes para atender os ideais propostos. Os últimos anos do período militar evidenciam lutas sociais fortemente caracterizadas pela participação da sociedade civil. As questões dos Direitos sociais ocupam grandes parcelas das exigências apontadas pelos militantes.

Ao final do século XX a expansão do Estado neoliberal provoca mudanças nas relações políticas, econômicas e sociais. Num contexto de totalidade se percebe que nas últimas décadas do século XX o sistema capitalista, com propostas neoliberais, cavalga progressivamente para lugares com abertura à doutrina da livre concorrência de mercado e a promulgação dos *direitos humanos*.

Com o neoliberalismo sendo recebido nos Estados Unidos, e em outros lugares forçosamente introduzidos, o modo de se conceber a história se configura em outros moldes. A abertura democrática é um dos mecanismos defendidos como reais e válidos para autonomia (entendida como autonomia relativa) das nações. O modo de produção do capitalismo implicará em ritmos rápidos de transformação da sociedade (FERNANDES, 1980, p. 114-115). E o Brasil é local de desenvoltura desse capitalismo, mesmo estando em condição de país periférico.

As breves considerações apresentadas até aqui apontam a necessidade de compreender as conjunturas internacionais e nacionais que impulsionaram a formação social que temos atualmente no Brasil, considerando as esferas políticas, econômicas, culturais, dentre outras, no sentido de identificar o direito à educação escolar para crianças e adolescentes. Esse direito inicialmente foi agrupado às políticas sociais e posteriormente compreendido e defendido com

especificidade para política educacional do país, ficando evidenciado que é uma política recente e que paulatinamente vem sendo discutida por pesquisadores do campo da educação favorecendo melhor compreensão sobre o assunto. Ampliar a discussão sobre o tema do direito à educação escolar para crianças e adolescentes é proposta de nossa pesquisa.

## **Metodologia**

Realizaremos pesquisa bibliográfica com análise documental, reconhecendo que o direito à educação escolar foi conquista da sociedade civil em constantes disputas com as classes dirigentes através de concessões muitas vezes formalizadas a partir dos documentos normativos que garantem os direitos das crianças e dos adolescentes. Dentre os documentos que consideramos necessários ser analisados estão: a Constituição Federal de 1988, que garante os direitos dos homens e considera a criança e o adolescente como sujeito em peculiar desenvolvimento, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - Lei nº 9.393 de 1996, que propõe a municipalização do ensino fundamental, O Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei nº 8.069 de 1990, documento que formaliza o tratamento para com crianças e adolescentes e ainda descreve a relação que deve acontecer entre a escola e o conselho tutelar para a garantia do direito à educação escolar, gravações produzidas durante as entrevistas semi-estruturadas, e outros documentos que durante a pesquisa se apresentem como apropriados para análise proposta. A escolha por uma pesquisa com análise documental corresponde à compreensão de que a mesma possui característica distinta quanto à sua natureza, uma vez que, corresponde a análise de fontes primárias (MARTINS e THEÓFILO, 2007, p. 55).

Os lócus da pesquisa serão escolas da rede municipal e o conselho tutelar do município de Santa Cruz do Capibaribe/PE, compreendendo que a pesquisa com análise documental também poderá ser realizada: “em locais que sirvam como fontes de informações para o levantamento de documentos” (MOREIRA e CALEFFE, 2008, p. 74).

Pretendemos estudar ações de sujeitos inseridos no âmbito educacional escolar que atuem na administração da escola, como, gestor, secretário escolar e coordenador pedagógico por se destacarem no atendimento dos alunos enquanto mediadores no atendimento com a família e o conselho tutelar no que se refere à garantia do direito à educação, no município de Santa Cruz do Capibaribe/PE.

Ainda, entrevistaremos os conselheiros tutelares atuantes na comarca de Santa Cruz do Capibaribe/PE para identificar a demanda atendida pelos mesmos quanto às atribuições a eles conferidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, no artigo 136, referindo-se ao atendimento, à aplicação de medidas, à execução as suas medidas, assessoria individualizada, providências legais, fiscalização, requisição, representação, notificação e encaminhamentos. Serão analisadas essas atribuições quando relacionadas à garantia do direito à educação escolar de crianças e adolescentes.

## **Referências**

BRASIL (1996). *Lei das Diretrizes e Bases Educacionais*. Lei nº 9.394. Brasília, DF

\_\_\_\_\_. (1988). *Constituição Federal*. Diário Oficial da República Federativa da União. Brasília, DF.

\_\_\_\_\_. (1995). *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

FERNANDES, Florestan. *Brasil: em compasso de espera*. São Paulo: Hucitec, 1980.

HOFLING, Eloisa de Mattos. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. *Cadernos Cedes*, ano XXI, nº 55, Novembro, 2001.

MARTINS, Gilberto de Andrade. *Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas*/Gilberto de Andrade Martins, Carlos Renato Theóphilo. São Paulo: Atlas. 2007.

MOREIRA, Herivelto. CALEFFE, Luiz Gonzaga. Classificação da pesquisa. In: *Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador*. Rio de Janeiro: Lamparina. 2008, p. 69-94.